

Tarifaço dos EUA

Conheça as medidas adotadas para mitigar os impactos das tarifas americanas sobre os produtos brasileiros





Ordem Executiva 14.323, de 30/07/2025 (EUA)

O governo dos EUA estabeleceu a cobrança de tarifas adicionais de 50% sobre produtos brasileiros, com efeito a partir de 6 de agosto de 2025. Todavia, elas vieram com uma longa lista de produtos isentos, como suco de laranja, combustíveis, aeronaves, fertilizantes e determinados tipos de metais e madeira.

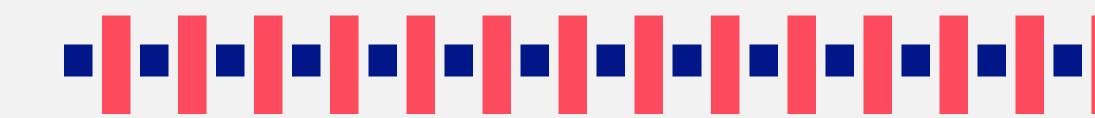
Lei de Reciprocidade Econômica (n° 15.122, de 11/04/2025)

A norma permite ao Poder Executivo restringir importações ou suspender concessões comerciais, de investimento e de propriedade intelectual quando ações unilaterais de outros países afetarem a competitividade brasileira. Foi regulamentada pelo Decreto nº 12.551, de 14 de julho de 2025.

Plano Brasil Soberano (MP n° 1.309, de 13/08/2025) ■ ■

Entre as medidas adotadas para reduzir os impactos das tarifas dos EUA, estão:

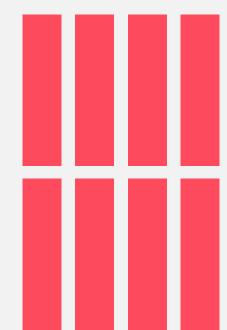
- Linha de crédito de R\$ 30 bilhões;
- Aportes nos Fundos Garantidores do Comércio Exterior (FGCE), para Investimentos (FGI) e de Garantia de Operações (FGO);
- Compras públicas de alimentos não exportados;
- Criação da Câmara Nacional de Acompanhamento do Emprego;



- Prorrogação de prazos do Drawback
 Suspensão, inclusive do tipo Intermediário (por mais um ano);
- Diferimento do vencimento dos tributos federais (por dois meses);
- Prioridade na restituição e ressarcimento de tributos (PER/DCOMP);
- Novo Reintegra: 3,1% (grandes e médias empresas) e 6% (micro e pequenas empresas).

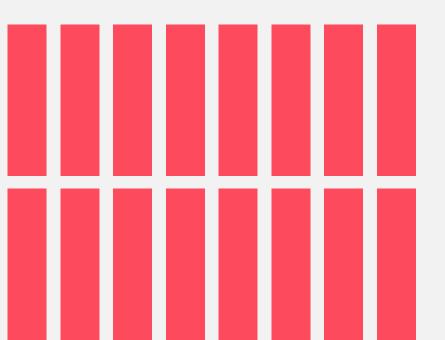
Plano Brasil Soberano – Normas Complementares:

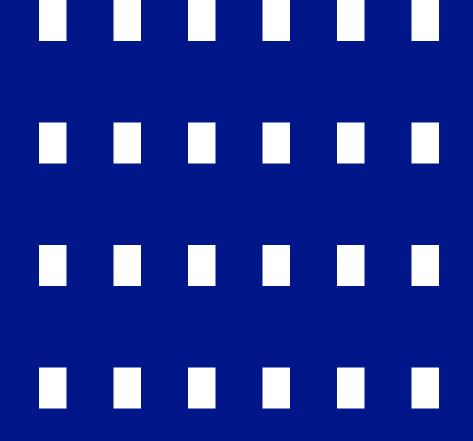
- Instrução Normativa RFB nº 2.276/2025: prorrogação do prazo de vigência do Recof (em até um ano);
- Portaria MF nº 1.862/2025: prioridade na restituição e diferimento dos tributos federais;
- Portaria MF nº 1.863/2025: operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
- Portaria Conjunta MF/MDIC nº 17/2025: critérios de priorização para os destinatários do Plano Brasil Soberano.



Pedido de consulta do Brasil na OMC

Em 5 de agosto de 2025, o Brasil acionou os EUA na OMC contra o aumento das tarifas, alegando violação da cláusula da nação mais favorecida e dos limites negociados. Os EUA, porém, justificaram a medida alegando razões de segurança nacional.





Curta, comente e compartilhe.



